

QUEM FALA EM NOME DE QUEM E COM QUAL AUTORIDADE NOS MOVIMENTOS SOCIAIS?: UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NÃO ELEITORAL NO MOVIMENTO SOCIAL DOS SURDOS

Regiane Lucas de Oliveira Garcêz¹

Resumo

O trabalho discute a contribuição da noção de representação política não eleitoral para os estudos sobre a comunicação dos movimentos sociais. Uma abordagem discursiva com base nas fontes de autoridade (Saward, 2009; 2010) pode auxiliar na compreensão dos processos de legitimação da representação dos porta-vozes ou lideranças. Analisamos o caso do movimento social das pessoas surdas que lutam pelo direito à escola bilíngue, por meio de um mapeamento de *claims* em três arenas distintas: a) um grupo fechado de lideranças no Facebook, b) uma audiência pública do judiciário e c) o GT de Educação da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Conclui-se que a principal fonte de autoridade diz respeito à coletivização das questões, seja por meio da ideia de amplo interesse ou das histórias comuns aos surdos.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Representação política não eleitoral; Educação de surdos.

De modo geral, uma grande questão que se coloca contemporaneamente à comunicação pública das organizações sociais é quem fala em nome de quem. Quem são os agentes de *advocacy*? Quem são os representantes das organizações? Eles falam em nome de quem, das organizações ou dos públicos por elas atingidos? As organizações são, elas mesmas, representantes? Essa representação é legítima? E no caso de movimentos sociais ou organizações conformadas por sujeitos em situação de extrema vulnerabilidade, como identificar e atribuir legitimidade? Pode uma mulher falar em nome do movimento feminista apenas porque é mulher? Pode um gestor de Ong falar em nome de crianças em situação de vulnerabilidade? Pode um deputado surdo eleito por um determinado estado falar em nome de todos os surdos do Brasil?

São questões cada vez mais recorrentes na cena pública e que não possuem uma pronta resposta. Neste artigo pretendemos lançar luz a esses questionamentos a partir da noção de representação discursiva, também chamada de representação não eleitoral,

¹ Professora Adjunta do Departamento de Comunicação Social da UFMG.

desenvolvida principalmente na obra de Michael Saward (2010) intitulada *The representative claim* e em algumas obras anteriores nas quais ele discute a noção de fontes de autoridade (Saward, 2009). Interessa-nos compreender como a comunicação conforma o ato de falar em nome de alguém ou de alguma causa, como esses movimentos e organizações são representados e como suas demandas são traduzidas para um vocabulário público na esfera de visibilidade.

Acredita-se que a noção de representação discursiva (Garcêz, 2013; Saward, 2010; Dryzek e Niemayer, 2008) pode trazer contribuições aos estudos da comunicação organizacional, especialmente no caso de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Destacamos aqui quatro contribuições. Em primeiro lugar, uma noção alargada dos processos de representação ajuda a explicar porque surgem lideranças que não necessariamente obedecem a regra dos escolhidos. Nem sempre os líderes do movimento são os presidentes das associações comunitárias ou escolhidos em assembleias. O mesmo acontece com a escolha dos porta-vozes ao falar com a imprensa. Em segundo lugar, este artigo pode auxiliar na compreensão dos processos de instauração e configuração da legitimidade dos porta-vozes. Ela varia muito de acordo com a demanda que representa e com a audiência ou público para quem se fala. Em terceiro lugar, pode lançar luz às ambiguidades internas próprias aos movimentos sociais, aos processos de configuração de um nós (Melucci, 1996) e de delegação de poder e responsabilidade. Por fim, a existência de grupos de *advocacy* locais ou transnacionais – como a Unesco, Greenpeace ou Aliança Internacional das Pessoas com Deficiência – aciona um processo de representação que vai além da localidade e que pode ser melhor compreendido por meio de uma abordagem processual e discursiva. São organizações que atuam nesse sentido, assim como os agentes autoautorizados, como os artistas que dizem representar um grupo de pessoas. Ou ainda, as organizações da sociedade civil que surgem em torno de determinada questão social, como os coletivos juvenis, as associações de bairro ou do terceiro setor.

No caso do movimento social das pessoas surdas, a questão da representação se revela central visto que, historicamente pais, professores e autoridades negaram o protagonismo dos surdos em nome de uma tutela credita à falsa ideia de incapacidade deles (Lanna Júnior, 2010). As associações de surdos permaneceram no anonimato por muitos anos por causa da proibição do uso da língua de sinais (Lane, Pillard e Hedberg, 2011); o movimento social sofre constantemente a deslegitimação por parte de

autoridades (Campello e Rezende, 2014) e a representação nos espaços institucionais é frequentemente questionada (Garcêz, 2015).

No caso analisado, o Movimento Surdo passou por uma retomada em 2011 motivada pela ameaça de fechamento de uma escola federal centenária, o Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), localizado no Rio de Janeiro (Rezende e Campello; Nascimento e messias). O fechamento foi determinado a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), do Ministério da Educação, que previa a proibição de matrículas em escolas exclusivamente de surdos ou para outras deficiências. Assim, haveria o progressivo fechamento dessas instituições e os alunos encaminhados para as escolas regulares comuns. O movimento surdo atuou em várias frentes de trabalho que envolvem o legislativo, executivo, judiciário e esferas de participação mistas, bem como estratégias de comunicação, mobilização e lobbie dos mais variados tipos. Para este trabalho, entretanto, escolhemos analisar os processos de representação do movimento nos âmbitos do judiciário, conferência de direitos com participação mista e um grupo de lideranças no Facebook.

Nosso trabalho está estruturado da seguinte forma. Na primeira seção discutimos a noção de representação política não eleitoral e suas contribuições para a compreensão da comunicação nos movimentos sociais. Em seguida, apresentamos o *corpus*, a metodologia de mapeamento dos *claims* e a análise baseada nas fontes de autoridade acionadas. Na terceira seção apresentaremos os resultados. Concluimos que a principal fonte de autoridade acionada diz respeito à coletivização das questões, seja por meio da ideia de amplo interesse ou por meio das histórias comuns aos surdos de todo o mundo.

Representação não eleitoral e movimentos sociais

Os estudos sobre representação não eleitoral (Urbinnati, 2006; Urbinnati e Warren, 2008), também chamada de representação discursiva (Dryzek e Niemayer, 2008), emergem do campo da ciência política a partir do questionamento dos estudos clássicos sobre representação política. Os autores discutem que a noção clássica de representação conforme os critérios numéricos do voto e de territorialidade já não dão conta de explicar fenômenos contemporâneos como as inovações institucionais participativas (Almeida, 2014) e uma possível crise da representação eleitoral.

Em geral, os autores contemporâneos têm conferido centralidade aos processos de representação, ao invés de focar apenas nos resultados ou nas eleições. Iris Young

(2000) aponta para uma representação de perspectivas ou pontos de vista, ao invés de representação por território ou por eleitores. Dryzek e Niemeyer (2008) destacam a discursividade dos processos de *falar e ou agir em nome de*. Leonardo Avritzer denomina de representação por afinidade as articulações que ONGs e sujeitos estabelecem (Avritzer, 2008). Saward (2009; 2010) nomeia de demandas de representação (*representative claim*) como “um contínuo processo de fazer e receber, de aceitar e rejeitar demandas – entre e fora dos períodos eleitorais” (Saward, 2010, p. 36). O que há de comum nelas é o fato da representação se dar fora dos momentos eleitorais; englobam tanto a política forma quanto os processos discursivos cotidianos; referem-se não apenas a pessoas, mas perspectivas ou valores; e frisam a ausência de procedimentos formais de eleição e prestação de contas.

Dessa forma, a representação se mostra como *atividade* (Pitkin, 1967)²: um processo difuso, criativo, parcial, incompleto e aberto a revisões. Ao evidenciarmos o processo, conferimos centralidade a uma dimensão constitutiva da representação (Mansbridge, 2003) na qual os processos comunicacionais são centrais. Ao compreender a atividade de *falar em nome de*, lançamos um olhar capaz de revelar a complexidade dos processos de representação. Consideramos as suas múltiplas dimensões compostas por fatores sociais e culturais e aspectos não apenas substantivos, mas também simbólicos (Saward, 2010).

Entretanto, o fato de ser aberta, difusa e incompleta não faz da representação um “vale tudo”, onde todos podem falar em nome de todos. “A representação deve ser altamente produtiva, perseguida como estável e legítima, e deve alimentar a política democrática, sem ser de alguma forma ideal ou completa em alguma instância” (Saward, 2010, p. 23). É natural da atividade de representar que proferimentos acionem fontes de autoridade para se mostrarem legítimos (Saward, 2009). E a legitimidade, em contrapartida, advém do processo discursivo e dialógico que se dá entre audiência, representante, objeto representado. Em suma, a legitimidade é uma conjugação de elementos extraídos de *quem, o que e como* se representa (Saward, 2010).

Sob uma perspectiva discursiva da representação e das lutas sociais, argumentamos que os movimentos sociais, ainda que não eleitos formalmente, se organizam a partir de uma dinâmica representativa. Essa abordagem supera as dimensões dos movimentos sociais exclusivamente conflitiva (Tilly, 2003; Tarrow, 1998)

² Hannah Pitkin (1967) é considerada a precursora dessa guinada discursiva dos estudos de representação (Disch,) ao questionar a abordagem clássica da representação baseada no modelo eleitoral.

ou estratégica (McCarthy e Zald, 2009). Busca se aproxima das correntes interacionistas, cujas preocupações estão voltadas para os componentes cognitivos, simbólicos e ideológicos dos fenômenos coletivos. Essa perspectiva vê “os movimentos sociais como agentes de significação engajados na produção e manutenção de sentidos que envolvem protagonistas, antagonistas e expectadores” (Snow, 2004, p. 384). Engajados em uma *política de significação*, tais atores lutariam por redefinições simbólicas, ou seja, pelo estabelecimento e circulação de novos enquadramentos de sentido, também chamados de enquadramentos da ação coletiva.

Compreender os movimentos sociais a partir da representação discursiva é uma forma de dialogar com esse conjunto de estudos que conferem destaque às interações sociais e à produção simbólica. As perspectivas e pontos de vista internos a um grupo podem ser distintas, mas para que exerçam a pertença e a conformação como coletividade, devem partilhar de sentidos, de uma identificação mútua para formar essa coletividade. A representação política discursiva é um meio de conduzir essa organização da pertença e da identificação, de forma muitas vezes conflitiva e estratégica, mas sempre interacional e dialógica, como meio de organizar internamente esse grupo, mesmo que provisoriamente.

Assim, a representação exercida pelos movimentos sociais ao mesmo tempo em que organiza e delimita o grupo, constrói um discurso para fora dele no sentido de pluralizar a representação nas diversas instâncias. Os movimentos sociais e as associações cívicas têm desempenhado importante papel nessa pluralização da representação (Weldon, 2011; Maia, 2012; Warren, 2001). Na maioria das vezes, por estarem mais próximos do cotidiano dos sujeitos, são capazes de identificar situações de opressão e tornar públicas tais situações por meio de um vocabulário comum. Demandas que emergem de elementos biográficos e individuais são reelaboradas de modo a organizar o discurso de um grupo inteiro e lidar com a heterogeneidade interna a ele (Weldon, 2011; Melucci, 1996; Garcêz e Maia, 2009). O potencial democrático das associações e dos movimentos sociais, não dado *a priori*, se constitui na abertura à pluralidade dos pontos de vista internos e à capacidade de inserir novos temas na arena pública de debate.

Arenas discursivas, mapeamento de claims e análise sistêmica

Para identificar os processos de representação política discursiva empreendida por integrantes do Movimento surdo na defesa pela escola bilíngue, escolhemos como unidade de análise os *claims*: "uma demanda de representar, ou uma demanda de quem sabe que representa o interesse de alguém ou de alguma coisa" (Saward, 2010, p. 42). Coletamos ao todo 128 demandas de representação em três arenas de atuação do movimento, sendo 47 delas expressas por surdos e 26 por pessoas com outra deficiência³:

Audiência pública promovida pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão: Realizada no dia 01 de dezembro de 2011, na sede da Procuradoria-Geral da República, em Brasília, com o tema "Educação Inclusiva: Plano Nacional de Educação e Escolas Especiais". A audiência contou com cerca de 100 pessoas, entre promotores e procuradores de várias partes do país e ativistas do movimento surdo e do movimento inclusivista. Teve como objetivo a obtenção de conhecimentos multidisciplinares, dados e subsídios sobre a educação das pessoas com deficiência, para aprimorar a atuação do Ministério Público Federal. Foi desencadeada por uma carta-denúncia do movimento surdo sobre o desrespeito linguístico promovido pelas políticas de inclusão do governo. Foram extraídos 36 proferimentos, a maior parte com tempo de 20 a 30 minutos.

Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Realizada entre os dias 3 e 6 de dezembro de 2012 em Brasília, a conferência teve o objetivo de produzir propostas que pudessem delinear as políticas públicas para pessoas com deficiência nos vários níveis, municipal, estadual e nacional⁴. O evento foi organizado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE)⁵. Participaram cerca de duas mil

³ A audiência, com duração de sete horas gerou uma transcrição de 124 páginas. A conferência usou a tecnologia da estenotipia (legendas em tempo real, projetadas em um telão, com o conteúdo integral das falas feitas ao microfone) que possibilitou a geração e o armazenamento de arquivos digitais de texto, material que nos foi cedido pelo CONADE. A seleção do *corpus* foi realizada a partir da leitura das transcrições num total de 631 páginas. Já no *Facebook* foram encontradas 2052 postagens em 2011, desconsiderando os comentários, sendo elas em Libras e/ou em Língua Portuguesa, com conteúdos diversos. Mantivemos apenas os vídeos, chegando a 589 postagens. Em seguida excluímos postagens que tratavam de questões operacionais de mobilização e as não ligadas à temática do movimento. Na análise dos 50 primeiros vídeos, foi possível identificar as lideranças que possuíam funções mais operacionais e as que se dedicavam às articulações políticas e reflexões mais conceituais. Elegemos cinco lideranças nacionais principais e quatro estaduais. Dentre as postagens dessas lideranças, selecionamos aquelas com engajamento (curtidas e comentários) acima de 50, chegando a um total de 28 postagens. Em particular, focamos nos conteúdos que expressavam o posicionamento político do movimento. Optou-se por não transcrever o material selecionado e sim assistir os vídeos na própria língua de sinais.

⁴ As propostas aprovadas e as moções foram incluídas em um documento que foi encaminhado para os vários ministérios, na perspectiva de estabelecerem políticas transversais relacionadas à pessoa com deficiência.

⁵ Órgão da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

peças, entre as quais 886 eram delegados, 49 deles surdos. O *corpus* consistiu nos proferimentos expressos na abertura, GT de Educação, plenária final e encerramento em temas que tratavam exclusivamente da educação de surdos. Foram extraídos 62 proferimentos com tempo de um a seis minutos.

Facebook: O grupo foi criado em abril de 2011 com o objetivo de organizar a manifestação que ocorreu em Brasília em maio daquele ano. É composto pelas lideranças do Movimento Surdo em Favor da Educação e Cultura Surda e conta, atualmente, com 184 membros⁶. Depois da manifestação, continuou funcionando como um fórum de articulação em várias ações de mobilização. As análises foram restritas ao ano de 2011, a vídeos exclusivamente em Libras. Foram extraídos 30 proferimentos, todos em vídeo e em Língua Brasileira de Sinais, com tempo de um a quatro minutos.

Em seguida, conforme conjugamos os mapas analíticos propostos por Saward (2009; 2010) e Koopman (2002) para identificar *quem, o que e como se representa*. Ao mapear o *como se representa*, buscamos identificar as fontes de autoridade acionadas pelos atores, adaptando a proposta de Saward (2009)⁷:

História pessoal: experiências vivenciadas ou presenciadas pelo autor do proferimento;

História do povo surdo (tradição): história comum a muitos surdos no mundo, com experiências comuns de exclusão, proibição do uso das línguas de sinais, criação de instituições escolares históricas, marcos e eventos importantes na educação de surdos,

Identidade adscritiva (Gutman,): características comuns a pessoas de um grupo que vão além de suas escolhas, tais como as características físicas, deficiência ou surdez. Em nosso caso, os autores do proferimento não precisam anunciá-la, pois ela já vem expressa nos seus corpos e no seu modo de comunicar;

Auto adscrição: quando há reforço da identidade adscritiva no proferimento;

Credencial-Funcional: quando o autor do proferimento menciona o cargo que ocupa em uma instituição ou entidade;

Expertise científico: conhecimentos científicos, históricos e culturais sobre o tema (no caso, a educação);

Expertise profissional: experiência e conhecimentos práticos sobre o tema, adquiridos por meio do exercício da profissão;

Expertise legal: conhecimentos da legislação e de políticas públicas;

⁶ Acesso em 21/09/2014.

⁷ Saward (2009) aponta nove fontes de autoridade agrupadas em a) tradições enraizadas, b) experiência ou conhecimento de um especialista ou credenciais especiais e c) amplo interesse e novas vozes

Ampla interesse: quando o proferimento é justificado pelo interesse da maioria;

Ações desenvolvidas / resultados: quando ações políticas e resultados dessas ações embasam os proferimentos de representação.

A proposta de analisar a representação política não eleitoral numa perspectiva processual e móvel nos trouxe o desafio de pensar na circularidade dos discursos. Dessa forma adotamos a abordagem sistêmica, que leva em conta o fluxo das demandas de representação em diferentes arenas⁸. A característica extremamente difusa dos discursos não nos permite analisar os direcionamentos dos *claims*, mas a possibilidade de observar padrões, recorrências e desconexões nas arenas. Após a identificação dos *claims* nas arenas, realizamos a codificação no *software NVivo* com finalidade exclusiva de comparação entre arenas e entre códigos, não tendo nenhuma intenção de análise quantitativa.

A legitimidade da representação: fontes de autoridade e coletivização de demandas

Conforme mencionou Saward (2009, 2010), as demandas de representação podem ou não ser aceitas ou aceitáveis tanto pelas audiências ou destinatários da representação quanto pelo grupo de representados. Mas quais critérios utilizar para aceitar ou não essas demandas? Quais são mais ou menos válidos ou legítimos? Nesse sentido o autor elencou um conjunto de fontes de autoridade que são a base da justificação de uma demanda de representação, ou *claim* (2009, p. 9), conforme já apresentado na seção anterior. A nossa análise vai se centrar em dois aspectos principais: a coletivização das questões e as diferentes arenas, dando ênfase às desconexões e distinções evidenciadas pelas fontes de autoridade *História do Povo Surdo e Ampla interesse*.

Em nosso *corpus*, nos 128 *claims* foram acionadas, ao todo, 383 fontes de autoridade. Ou seja, uma média de 3 fontes de autoridade por proferimento. As fontes de autoridade foram distribuídas conforme o gráfico abaixo:

⁸ A abordagem sistêmica foi inspirada nos autores deliberacionistas que, numa terceira fase, optaram por considerar diversos momentos, arenas e temporalidades da deliberação (Mansbridge *et al*, *Maia*, 2012)

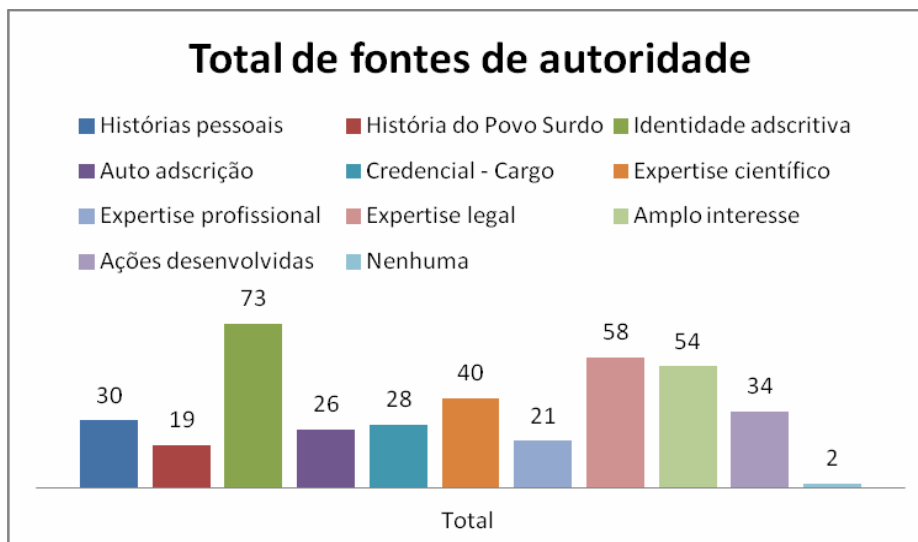


Figura 1: Total de fontes de autoridade

Primeiramente, há que se destacar que 73 dessas fontes dizem respeito à condição física da pessoa surda ou com deficiência. Conforme explorado anteriormente, nem sempre as fontes de autoridade são acionadas por mecanismos verbais, mas fisicamente, pela própria presença. Observa-se que, no geral, os conhecimentos legais sobre o tema da educação de surdos/educação inclusiva foram bastante acionados, num total de 58 fontes. Em seguida, os *claims* que se baseavam no amplo interesse foram convocados 54 vezes, seguido dos conhecimentos científicos, 40 vezes. Na sequência, 34 ações desenvolvidas mencionadas, 30 histórias pessoais, 28 credenciais, 26 auto adscrição, 21 experiências profissionais e 19 histórias do povo surdo.

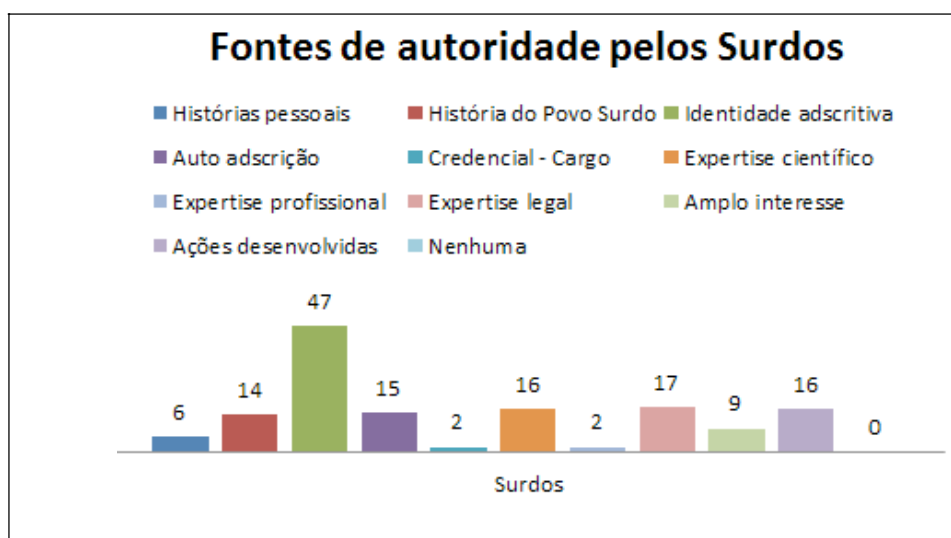


Figura 2: Total de fontes de autoridade acionadas pelos surdos

A frequência e a natureza das fontes de autoridade mudam quando são acionadas por pessoas surdas, conforme o gráfico apresentado. No caso dos surdos, as fontes de autoridade mais frequentemente acionadas, além da identidade adscritiva em todos os 47 proferimentos – foram as mesmas do geral, tais como os conhecimentos legais em 17 *claims* e os conhecimentos científicos em 16 deles. Entretanto, o amplo interesse, comparativamente, foi mencionado menos vezes. As histórias do povo surdo, ao contrário, foram mencionadas mais vezes pelos surdos do que pelos outros atores.

As fontes de autoridade mudam também, se analisarmos arena por arena, conforme apresentado abaixo:

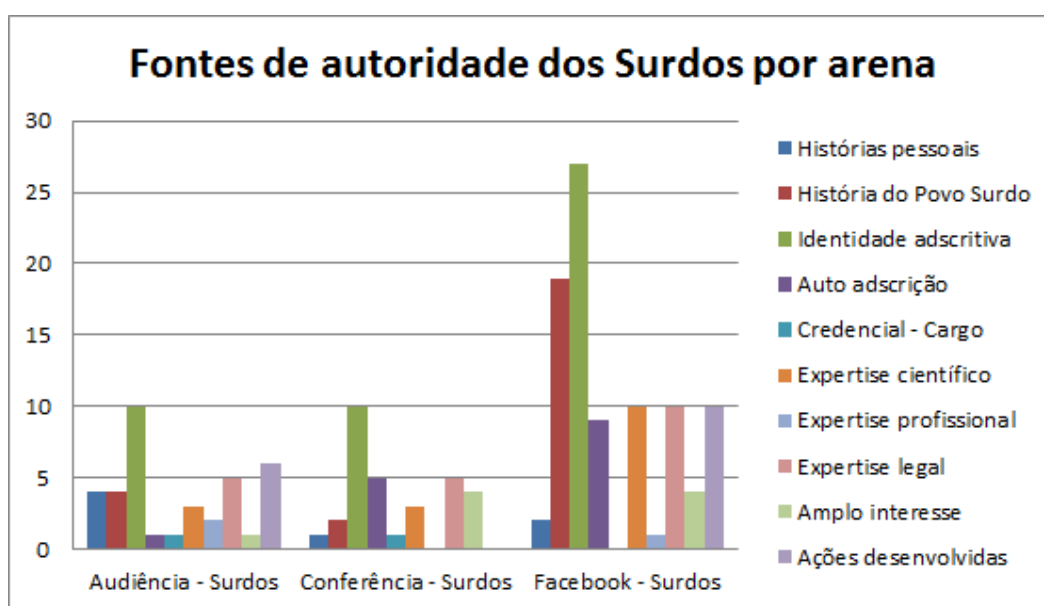


Figura 3: Fontes de autoridade acionadas por arena

Com exceção da identidade adscritiva, que é a condição física/linguística da pessoa surda e que aparece em todos os proferimentos (representado pela barra verde), as outras fontes de autoridade são acionadas pelos surdos de formas distintas a depender da arena. Nossa análise revela que as histórias pessoais são mais acionadas pelos não surdos (24 vezes) do que pelos surdos (6 vezes), ao passo que a história do povo surdo é acionada 14 vezes por eles e apenas 5 por outras pessoas. Em particular, no Grupo fechado do Facebook eram acionadas, predominantemente, as histórias do povo surdo⁹.

⁹ Em pesquisa anterior (Garcêz, 2008) as histórias de vida dos surdos, vivenciadas e narradas por eles em primeira pessoa no Orkut e no site da Feneis, funcionavam como um meio de compartilhamento de vivências comuns com vistas à constituição de um nós, de uma coletividade. Na medida em que uma história era identificada com outra ia se conformando uma semântica coletiva das lutas por reconhecimento dos surdos

No grupo do Facebook nota-se um movimento de coletivização semelhante, mas com um ponto de partida diferente. Se antes a história de vida individual era o ponto de partida, agora a história do povo surdo se revela um meio para a constituição dessa coletividade. A proibição da língua de sinais no mundo no Congresso de Milão em 1880 e a resistência na clandestinidade fazem parte de uma história já contada e do imaginário das lideranças. Entretanto, a consolidação dos elos que conformam essa coletividade é um exercício constante e a história do povo surdo se mostrou uma fonte de autoridade frequentemente acionada. O valor político das histórias narradas advém da sua capacidade de coletivização da questão (Dryzek, 2008; Garcêz, 2008). Nesse sentido, a pertença se constitui a partir de uma construção simbólica de sentidos já coletivizados. A ideia é criar os vínculos dessa pertença de algo que é um povo, que já aconteceu e que diz respeito a cada uma das lideranças e todas elas juntas e ao mesmo tempo.

Assim, muitas vezes a história do povo surdo era associada a alguns episódios vivenciados durante a militância. Um conjunto de delegados surdos participou em 2010 da Conferência Nacional de Educação (Conae), ocasião em que tiveram todas as propostas sobre a escola bilíngue rejeitadas. Esse grupo de seis delegados se sentiu bastante discriminado na condução da votação, sendo que a moção apresentada com o número de assinaturas necessário para ser aprovada, sequer apareceu no documento final. Não raro essa experiência vivenciada por eles era acionada em comparação ao Congresso de Milão, em que os professores surdos presentes foram impedidos de participar das discussões e das votações sobre o uso da língua de sinais no mundo.

Vocês viram o que aconteceu na Conae? O mesmo que aconteceu no Congresso de Milão. Eram apenas seis surdos e mais os apoiadores ouvintes, numa plenária de quatro mil pessoas votando contra os surdos, gritando que a escola bilíngue era segregadora (Patrícia Rezende – grupo do Facebook)

Experiências vivenciadas particularmente, ao dar ressonância a uma experiência coletiva que faz parte da *ancestralidade* do povo surdo (Lane, Pillard e Hedberg, 2011), como é o caso do Congresso de Milão, conferem à representação não apenas a autoridade da vivência, mas da pertença. A demanda de representação, assim, aciona no discurso sentidos de legitimidade via experiência e via pertença a uma historicidade dessa coletividade. O Congresso de Milão e a existência do INES como berço da cultura surda são marcos dessa ancestralidade.

Vivenciamos uma exclusão profunda. Nós tínhamos antes das proibições do Congresso de Milão em 1880 uma proibição inclusive do uso da língua de sinais, e por 100 anos a língua de sinais foi subalternizada, e resultado da educação dos surdos qual foi? Foi o resultado do mesmo, da falta do desenvolvimento das pessoas surdas, e agora, com reconhecimento da lei da Libras nós temos que lembrar o art. 24 da convenção que nós somos minoria linguística, e que nós temos o direito, sim, de ter uma educação na nossa língua. (Cacau - Conferência)

O INES é histórico pra gente, tem 154 anos de existência, é a base de toda a educação de toda a atenção às pessoas surdas desse país, um dos os promotores e divulgadores da língua de sinais, e um dos marcos da cultura surda dentro da identidade surda, e passa isso pras crianças surdas que são atendidas ali ano a ano, isso de muitos anos já, há cerca de 154 anos. (Valdo Ribeiro surdo e representante do INES– Audiência PFDC)

Hoje você prioriza ainda o que é feito desde 1880 com o Oralismo, porque tudo é encima do português, da segunda língua dele. Como é que ele vai aprender, desenvolver-se com base na sua primeira língua? (Marcos – presidente da FENAPAS - Audiência PFDC)

Dessa forma, compreendemos que a coletivização das questões se dá por meio da história do povo surdo e da defesa da existência desse povo e do seu modo próprio de ver o mundo. Essa fonte de autoridade, presente nas três arenas, ganhou destaque no grupo do *Facebook* no sentido de criar os nós dessa coletividade e conformar aquele grupo virtual como grupo de fato, para além da rede social, com metas de militância bem definidas.

De outro modo, a categoria de amplo interesse acionada como fonte de autoridade revela também a coletivização de interesses. Guiaram nossa categorização especificamente, os momentos em que a demanda de representação a) expressa um amplo apoio popular, que pode ser elucidado também pela regra da maioria, b) a convocação dos princípios abstratos e valores universais tais como a defesa do direito e da qualidade da educação, do direito de escolha, da liberdade e da inclusão, e c) a generalização ou coletivização das questões para uma maioria.

No primeiro caso, encontramos várias expressões do tipo *“todas as pessoas têm direito à educação”, “defendemos a aprendizagem e participação sem nenhum tipo de discriminação, segregação com base na deficiência física, ou sensorial, ou intelectual”, “lutamos por uma educação para todos”*.

No segundo caso, havia uma grande defesa da *“inclusão plena”*, tida como sinônimo da inclusão escolar. O grande debate que se travou foi que a inclusão, tida como princípio

abstrato, é de interesse de todos, surdos e ouvintes, defensores da escola bilíngue, da escola especial ou da escola regular inclusiva, conforme gráfico abaixo.

A grande defesa dos surdos nas arenas de debate como a conferência e a audiência pública é que eles não eram segregacionistas e contra a inclusão.

A nossa proposta da escola bilíngue, da escola especial, não fala de segregação. Isso não significa segregação. Elas são também escolas inclusivas, porque nestas escolas as outras crianças, por exemplo, nas escolas bilíngues, as crianças ouvintes podem estudar, desde que a língua de instrução seja a língua de sinais. Elas podem, sim, estudar com as crianças surdas. (*José Carlos, delegado da Conferência*)

Existe um discurso de que a escola bilíngue ela é excludente. A escola bilíngue pode receber surdos, pessoas surdas com outras deficiências, pessoas, ouvintes que queiram ser educadas por meio da língua de sinais. Se o meu filho for ouvinte, inclusive, eu tenho a escolha de colocá-lo numa escola bilíngue, porque ele também vai saber língua de sinais, ou numa escola, ou outra escola, eu quero ter o direito de escolher. E uma segunda coisa... É que as pessoas falam que nós surdos queremos segregação, e isso não é verdade, o surdo quer o direito à educação em língua de sinais, isso já é previsto na convenção. No modelo atual, inclusive, as aulas não são em língua de sinais, as aulas são em português, e os surdos sempre vão ficar no nível abaixo das outras pessoas porque não foram escolarizados educadamente. (*Mariana Hora – conferência*)

Observa-se a inclusão é compreendida aqui, nos proferimentos das pessoas surdas, com princípio abstrato desejado por todos. A escola bilíngue não seria segregadora, mas promoveria inclusão visto que promoveria uma educação de qualidade.

Aqui, outro princípio abstrato é acionado. A qualidade da educação é frequentemente convocada como de interesse amplo e inquestionável. A grande questão é que os princípios e valores, ao serem traduzidos em medidas práticas por meio de políticas educacionais ganham conotações distintas. Não se trata de ser contra a inclusão, no caso dos surdos, mas contra o modelo de inclusão atual, chamado pelo presidente do Conade, Moisés Bauer, na audiência da PFDC, de *inclusão samambaia*, ou meramente decorativa.

O amplo interesse é acionado também nos discursos que defendem a liberdade de escolha, como no proferimento do surdo José Carlos na conferência: “*As pessoas são livres, têm o direito de escolher o melhor caminho para suas vidas!. Onde é que está, aqui, a liberdade e a igualdade?*”. Ou ainda, na fala da diretora da Feneis, Patrícia Rezende: “*Então esse é o nosso, nós temos esse direito de escolha de como gostaríamos de ser escolarizados*”.

Por fim, o amplo interesse foi identificado também em discursos de generalização, particularmente por parte dos gestores do MEC. Na discussão de que a

educação é para todos, muitas vezes as especificidades das deficiências são apagadas, em particular nas defesas das propostas da conferência. Tentativas de suprimir dos textos a expressão *educação de surdo* e algumas especificidades das deficiências no geral, revelam que existe uma política de educação para o *público alvo da educação especial*, conforme expresso nos documentos. As particularidades das deficiências foram sendo apagadas das propostas aos poucos, sob a justificativa de que a educação tem que ser para todos. Ainda que os gestores do MEC apontassem políticas para as pessoas com deficiência, elas eram mencionadas no sentido de apagarem as diferenças internas a elas.

Considerações finais

O presente estudo buscou mostrar como a noção de representação política não eleitoral pode auxiliar na compreensão da comunicação exercida pelos movimentos sociais. Buscou-se evidenciar os meios pelos quais representantes e porta-vozes buscam alcançar legitimidade para os seus proferimentos por meio do acionamento das fontes de autoridade. Concluímos que a coletivização de interesses, seja em um grupo identitário ou em toda a sociedade, é uma importante fonte de autoridade. Por outro lado, destaca-se que a coletivização de interesses cria diferentes nós ou coletividades para quem se fala e a quem se defende. Esse foi o caso da coletivização das questões por meio do acionamento de histórias do povo surdo, que considerava como coletividade os surdos, e o acionamento do amplo interesse, interpretado de maneiras distintas a depender da arena e autor do proferimento.

Referências

ALMEIDA, Debora. R. . Representação como processo: a relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea. *Revista de Sociologia e Política* (Online), v. 22, p. 175-199, 2014.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação”. *Dados*, p. 443-76, 2008.

CAMPELLO, Ana Regina S. ; REZENDE, Patrícia L. F. . Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. *Educar em Revista* (Impresso) , v. 02/2014, p. 71-92, 2014.

DRYZEK, John S. & NIEMEYER, Simon. Discursive representation. *American Political Science Review*, p. 481-493, 2008.

GARCÊZ, Regiane. L. O.. A representação política dos oprimidos nas redes sociais online: Quem fala em nome de quem e com qual legitimidade?. *Contemporanea* (UFBA. Online), v. 11, p. 304-321, 2013.

GARCÊZ, R. L. O.; MAIA, R.C.M. 2009. The struggle for recognition of the deaf on the Internet: The political function of storytelling. *Communication, Politics & Culture*, Melbourne: RMIT Publishing, v. 42, pp. 45-64.

GUTMANN, Amy. *Identity in democracy*. Princeton, Princeton University Press, 2003.

KOOPMANS, Ruud. 'Codebook for the analysis of political mobilisation and communication in European public spheres', 2002. Europub.com Project, available at <http://europub.wzb.eu/codebooks.en.htm> (acesso em 10 de junho de 2014).

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LANE, H., PILLARD, R., & HEDBERG, U. *The people of the eye: Deaf ethnicity and ancestry*. New York, NY: Oxford University Press, 2011.

MAIA, Rousiley C. M. . Non-electoral political representation: expanding discursive domains. *Representation*, v. 48, p. 429-443, 2012.

MANSBRIDGE, Jane. Rethinking representation. *American Political Science Review*, 97, p. 515-528, 2003.

MANSBRIDGE, Jane et al.. A systemic approach to deliberative democracy. In: Parkinson, J.; Mansbridge, J. J. *Deliberative systems: deliberative democracy at the large scale*. Cambridge, p.1-26, 2012.

MELUCCI, A. *Challenging Codes: Collective Action in the Information Age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

PITKIN, Hanna. (1967), *The concept of representation*. Berkeley, University of California Press.

SAWARD, Michael. "Authorization and authenticity: representation and the unelected". *The Journal of Political Philosophy*, 17(1), p. 1-22, 2009.

_____. *The representative claim*. Nova York, Oxford University Press, 2010.

URBINATI, Nadia. *Representative Democracy*. Chicago, The University of Chicago Press, 2006.

URBINATI, Nadia & WARREN, Mark E., The concept representation in contemporary democratic theory. *The Annual Review Political Science*, 11, p. 387-412, 2008.

YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.